

## Junho de 2013... dois anos depois

*Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil*

**BRENO BRINGEL / GEOFFREY PLEYERS**

Sejam de direita ou de esquerda, as mobilizações que sacudiram o Brasil em 2013 e 2015 compartilham algumas formas de expressão, ação e organização comuns a muitos movimentos contemporâneos. Estão associadas a uma nova «geopolítica da indignação global». O artigo analisa a fundo as manifestações, deixando de lado as leituras nuançadas da mídia e da academia. Argumenta que as mobilizações massivas de Junho de 2013 produziram uma *abertura societária* no Brasil. Emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas. As mobilizações de massa são menos controladas por organizações sociais e políticas, difundidas e reproduzidas de forma viral, sob uma lógica que abre um maior espaço para os indivíduos.

### ■ Introdução

Dois anos após as mobilizações que sacudiram o Brasil em junho de 2013, vários são os balanços realizados no

campo intelectual, na política e na sociedade brasileira. Se deixarmos de lado as poucas vozes e visões mais nuançadas, pode-se dizer, de forma muito geral, que duas leituras principais

---

**Breno Bringel:** professor adjunto do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É editor de *Dados – Revista de Ciências Sociais* e coeditor (com Geoffrey Pleyers) de *openMovements*, um projeto de *openDemocracy*. Seu último livro, editado com José Maurício Domingues, é *Global Modernity and Social Contestation* (Sage, Londres, 2015). E-mail: <[brenobringel@iesp.uerj.br](mailto:brenobringel@iesp.uerj.br)>.

**Geoffrey Pleyers:** professor da Universidade de Louvain (Bélgica) e pesquisador do Collège d'Etudes Mondiales de Paris. É presidente do Research Committee on Social Classes and Social Movements da Associação Internacional de Sociologia. Coordenou, com Breno Bringel, a compilação *Les mobilisations de 2013 au Brésil* (Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales, EHESS, Paris, 2015). E-mail: <[Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be](mailto:Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be)>.

**Palavras-chave:** ativismo social, Junho de 2013, mobilizações, política, Brasil.

**Nota dos autores:** Devemos o título principal do artigo a Zé Szwako, cuja sugestão serviu, ademais, para a organização de um Seminário com título homônimo em junho de 2015 no IESP-UERJ (os vídeos do encontro estão disponíveis em <[www.iesp.uerj.br/coloquio-jornadas-de-junho-dois-anos-depois/](http://www.iesp.uerj.br/coloquio-jornadas-de-junho-dois-anos-depois/)>). Agradecemos aos colegas participantes pelo debate e aos membros do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Research Committee on Social Classes and Social Movements da Associação Internacional de Sociologia pelo diálogo e pela construção coletiva.

concorrem na academia, nos meios de comunicação e entre os atores políticos e sociais. Um primeiro tipo de interpretações vincula as manifestações de junho de 2013 mais à esquerda (seja a uma visão de aprofundamento democrático ou a uma ruptura de carácter mais radical) e as mobilizações de rua de 2015 à direita (e, consequentemente, a uma guinada autoritária e antidemocrática). Uma segunda visão, enraizada em uma gama muito diversa – e inclusive contraposta – de a(u)tores, entende que as mobilizações de dois anos atrás, a despeito de seu carácter massivo, não passaram de um epifenômeno.

Ambas as leituras são, a nosso ver, problemáticas e insuficientes. No primeiro caso, as mobilizações de 2013 e de 2015 são tratadas como eventos desconexos (ou, no melhor dos casos, relacionados a partir de uma lógica reativa). São reforçadas as diferenças (ideológicas, contextuais e de atores e demandas) entre as duas «ondas» de protesto que não teriam nada ou muito pouco a ver entre si, a não ser algumas bandeiras e o fato de que a direita estaria usando algumas práticas e inclusive certos símbolos habitualmente vinculados à esquerda. Nesta ótica, 2013 teria sido uma insurgência de indignação contra a representação, o sistema político e os políticos de maneira mais geral, enquanto 2015 teria um foco muito mais direto e restrito: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo Dilma.

Por outro lado, o segundo campo de interpretações compreende que 2013 em si nunca teve um potencial profundamente transformador da sociedade e da política brasileira que, de fato, teria se modificado bastante na última década – dentro das (di)visões políticas e dos horizontes normativos, alguns diriam que para bem, e outros para mal. Converte com a leitura anterior o entendimento de Junho como uma «explosão», conquanto os protestos de 2013 sejam vistos como mero grito e estrondo. 2015 corresponderia à polarização, acentuada pelo cenário eleitoral de 2014. Espontaneísmo e fragmentação são palavras-chave destas leituras.

Lidas em conjunto, estas interpretações trazem uma série de perguntas sobre as relações entre as manifestações de 2013 e os protestos de 2015: como reivindicações com teores a priori tão diferentes podem mobilizar símbolos e formas de organização às vezes parecidas? Há alguma continuidade entre as ruas de 2013 e as de 2015? De que tipo? São manifestações diametralmente opostas?

Diante destas questões, disputas e posições, sugerimos neste artigo duas hipóteses concatenadas que aprofundam alguns de nossos trabalhos prévios sobre o tema<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, na indignação difusa das mobiliza-

---

1. B. Bringel: «Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013» em *Insight Inteligência*, 2013<sup>3</sup>, pp. 42-51; B. Bringel e P. Pleyers: «Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers un reconfiguration de la contestation» em *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales* N° 7, 2015, pp. 7-18.

ções de 2013 já coexistiam críticas, repertórios e atores à esquerda e à direita, sempre com *posturas polarizadas*. Assim, a polarização deve ser lida não como algo exclusivo de 2014 e/ou 2015, mas como resultado do retorno da ação direta e do conflito à política nacional; logo, como parte constitutiva do atual ciclo de protestos no país iniciado dois anos atrás, embora possam ser diferenciados – como faremos mais adiante – graus e momentos de acirramento da polarização social e política. Em segundo lugar, não é possível entender os desdobramentos de junho de 2013 olhando somente para os impactos político-institucionais e político-eleitorais dos protestos. Destarte, torna-se fundamental visualizar os efeitos sociais e culturais, bem como captar Junho não somente como um *evento* de protesto, mas como um *processo* aberto e inacabado, que inclui uma ampla reconfiguração do ativismo social.

Argumentamos nesse texto que as mobilizações massivas de Junho de 2013 produziram uma *abertura societária* no Brasil. Emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas. Embora com visões e projetos distintos (e, em geral, opostos) da sociedade brasileira, os indivíduos e coletividades à esquerda e à direita do governo mobilizados entre 2013 e 2015 são fruto desta mesma

abertura sociopolítica. As formas de ação e de organização por eles adotadas – próprias de uma transformação das formas de ativismo e de engajamento militante no país e no mundo hoje – favoreceram um surgimento rápido, a midiaticização e a capacidade de interpelação e expressividade, mas também provocaram tensões e ambivalências em sua própria constituição e nos resultados gerados.

### ■ Junho de 2013 e o processo de abertura societária

Participaram das mobilizações de 2013 indivíduos e grupos sociais diversos e com um amplo espectro ideológico<sup>2</sup>. Ficou patente a indignação difusa, a ambivalência dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação de terceiros e de atores tradicionais, algo também notório em várias mobilizações de massa contemporâneas, a exemplo da Espanha e dos Estados Unidos. A diferenciação dos ritmos, composições e olhares dos protestos nos vários lugares onde ocorreram nos leva à importância de situar as mobilizações em diferentes coordenadas espaço-temporais. Embora o lócus de ação das manifestações fossem os territórios e espaços públicos (através da ocupação maciça de praças e ruas) havia uma conexão prática e simbólica com outras escalas de ação e significação, sejam elas nacionais ou

---

2. André Singer: «Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas» em *Novos Estudos* N° 97, 2013, pp. 23-40.

globais<sup>3</sup>, marcando uma ressonância de movimentos e de subjetividades, bem como dinâmicas de difusão e de retroalimentação.

Uma das características mais emblemáticas de Junho de 2013 foi sua capilaridade em todo o território nacional. Contudo, as lógicas de mobilização, a composição social dos manifestantes e a correlação de forças variou consideravelmente dependendo das cidades analisadas, motivo pelo qual torna-se importante relativizar, como bem fazem Francisco Mata Machado Tavares e João Henrique Ribeiro Roriz<sup>4</sup>, Cristiana Losekann<sup>5</sup> e Alana Moraes et al.<sup>6</sup>, certo «sudestecentrismo», de acordo com o qual interpreta-se o que ocorreu no Brasil a partir dos acontecimentos de Rio de Janeiro e São Paulo.

O momento posterior à explosão de Junho de 2013 também foi desigual no Brasil. Em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, os protestos seguiram com alta intensidade, com uma concatenação de mobilizações e greves (a maior delas a dos professores de secundária, seguida de outras bastante simbólicas como a dos garis em fevereiro de 2014) que acabaram, na véspera da final da copa do mundo, com a prisão preventiva de 23 ativistas. Em várias cidades seguiram acontecendo ocupações, mobilizações por direitos e por causas específicas, novas ações de base e um aprofundamento do experimentalismo cultural. Em determinados casos, a repressão e a criminalização pós-junho

gerou desmobilização. Também geraram-se várias experiências mais submersas entre indivíduos, comunidades, grupos e coletividades. Ao mesmo tempo, dada a dimensão continental do país, não se pode negar que junho também foi, em certas localidades, mais uma representação coletiva (que, por sinal, mostrou que as coisas podem ser mudadas com as pessoas comuns fazendo política) do que um processo contínuo de articulação e organização política.

Seja como for, é crucial entender Junho de 2013 como um momento de abertura societária no país. Uma vez aberto o espaço de protesto pelas mobilizações iniciais, outros atores se uniram para fazer suas próprias reivindicações, sem necessariamente manter os laços com as mobilizações originais e repetir as formas, a cultura organizacional, as referências ideológicas ou os repertórios de ação dos iniciadores es-

---

3. B. Bringel: «Le Brésil et la géopolitique de l'indignation» em *La Vie des Idées*, 7/2013; Marlies Glasius e G. Pleyers: «La résonance des mouvements des places: connexions, émotions valeurs» em *Socio: Revue de Sciences Sociales* vol. 1 N° 2, 2013, pp.59-80.

4. R. Tavares e J. Roriz: «Avant juin, les rues de mai: étude de cas sur les manifestations en faveur de la mobilité urbaine dans le ville de Goiânia» em *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales* N° 7, pp. 77-101.

5. C. Losekann: «Dynamiques et effets des manifestations brésiliennes de 2013: le cas de la ville de Vitória» em *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales* N° 7, 2015, pp. 59-76.

6. A. Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible e Salvador Schavelzon (orgs.): *Junho: potência das ruas e das redes*, Friedrich-Ebert-Stiftung, São Paulo, 2014.

sas mobilizações<sup>7</sup>. Como já nos alertava Charles Tilly<sup>8</sup>, o uso de um mesmo repertório de ação não implica que estejamos diante necessariamente de um mesmo movimento, mas sim de uma gramática cultural e histórica disponível e interpretada pela sociedade e pelos grupos sociais. Angela Alonso e Ann Mische<sup>9</sup> captaram com bastante precisão essas fontes sociais e culturais, bem como a ambivalência dos repertórios presentes em junho dentro do que elas definiram como repertórios «socialista» (familiar na esquerda brasileira das últimas décadas), «autonomista» (afim a vários grupos libertários e propostas críticas do poder e do Estado) e «patriótico» (que usa um discurso nacionalista e as cores verde e amarela com um significado histórico e situacional bastante particular).

Nesse momento, ao emergir um novo ciclo de protestos<sup>10</sup>, presenciou-se um *transbordamento societário*<sup>11</sup>, isto é, um momento em que o protesto se difundiu dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram. No clímax desse processo, um amplo espectro da sociedade está mobilizado em torno de uma indignação difusa, portando diferentes perspectivas e reivindicações, que coexistiram no mesmo espaço físico e às vezes com um mesmo lema (contra a corrupção ou contra o governo), embora com construções e horizontes muito distanciados e em conflito. Houve uma *confluência ambígua* marcada por movimentos

contraditórios de *forças centrípetas* (a externalização da indignação e a simultaneidade presencial e simbólica nas mesmas ruas e praças) e *forças centrífugas* (que, a despeito da copresença nos mesmos espaços, indicavam diferentes motivações, formas de organização e horizontes de expectativas).

Nesta *fase catártica*, que começou em Junho de 2013 e durou alguns meses, a polarização ideológica já existia (vide, por exemplo as agressões a manifestantes que portavam bandeiras, camisetas e outros símbolos da esquerda), mas estava diluída na indignação em massa e na experimentação das ruas.

Após a heterogeneidade inicial, começa em 2014 uma *fase de decantação*, com alguns temas e reivindicações principais dos indivíduos, grupos e setores já diferenciados no espaço e alinhados mais claramente à esquerda e à direita, conquanto estas noções (direita e

---

7. Doug McAdam: «Initiator and Spin-Off Movements: Diffusion Process in Protest Cycles» em Mark Traugott (ed.): *Repertoires and Cycles of Collective Action*, Duke University Press, Durham, 1995, pp. 217-240.

8. C. Tilly: *From Mobilisation to Revolution*, McGraw-Hill, Nova Iorque, 1978.

9. A. Alonso e A. Mische: «June Demonstrations in Brazil: Repertoires of Contention and Government's Response to Protest» em *From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests*, ESA Research Network on Social Movements Conference, Universidade Complutense de Madri, 19-20 fevereiro 2015.

10. Sidney Tarrow: *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

11. B. Bringel: «Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013», cit.

esquerda) sejam vistas, para alguns ativistas e para boa parte da sociedade, como caducas, pouco capazes de traduzir e canalizar seus objetivos, expectativas e inquietações. Um dos motivos principais disso é a associação direta entre «ideologia» e grupos e ideologias políticas específicas (sejam partidos ou o «comunismo» o «socialismo» ou o «liberalismo»). Neste momento, já não há manifestações massivas nas ruas e nas praças, mas seguem ocorrendo várias mobilizações mais pontuais, bem como uma reorganização mais invisível dos indivíduos, das redes e dos coletivos. A confluência no mesmo espaço público é paulatinamente deslocada a convocatórias com objetivos e recortes mais definidos. Embora boa parte destas ações não se dirigisse ao campo político-institucional e político-eleitoral, que possui lógicas e temporalidades diferentes do campo da mobilização social, o cenário pré-eleitoral de meados de 2014 rumo à contenda presidencial acabou abrindo um novo *momento de acirramento das polarizações* que absorveu boa parte dos atores sociais e políticos ao longo de 2015.

■ **Para além da «política de resultados»:  
a multidimensionalidade dos impactos das mobilizações**

Apesar das críticas formuladas ao PT em particular e aos partidos políticos em geral, as eleições presidenciais de 2014 mobilizaram massivamente os brasileiros, inclusive para defendê-los,

em alguns casos, como «mal menor». A vitória apertada de Dilma gerou um clima de instabilidade que foi alimentado constantemente por setores da oposição. No calor da disputa presidencial, não foram poucos os analistas que associaram a perda de votos do PT com as manifestações de 2013. Embora possa haver, de fato, algumas relações entre protesto e voto, não se pode estabelecer ilação direta e uma causalidade sem maiores cuidados analíticos. Além disso, o maior problema é que as leituras hegemônicas sobre os impactos das manifestações de 2013 acabaram restringindo os efeitos ao campo político-institucional e político-eleitoral. Nesta chave, muito orientada por uma «política de resultados», haveria *outcomes* políticos claramente mensuráveis, se olharmos, por exemplo, para como as demandas formuladas nas mobilizações foram recebidas (ou ignoradas) pelo sistema político. Pensemos em políticas públicas concretas, na inserção de novas pautas nas agendas governamentais, na criação de novos espaços canais de mediação e/ou de participação, e na conquista real – mesmo que transitória ou parcial – de algumas das reivindicações mais simbólicas, tais como o preço das passagens de ônibus.

Já no tocante ao cenário eleitoral, a conturbada disputa presidencial de 2014 pode ilustrar alguns elementos. Em primeiro lugar, torna-se importante diferenciar as tentativas de apropriação de algumas das pautas das

manifestações por certos candidatos (caso de Marina da Silva e seu discurso de uma «nova política» recheada de «velhas» práticas) e partidos políticos descolados dos setores mobilizados daqueles processos em que há uma relação histórica ou alianças táticas e estratégicas entre grupos sociais e políticos (caso do PT – como partido e não como governo –, visto em sua heterogeneidade interna, e de outros menores à esquerda). Em segundo lugar, é interessante notar como o «discurso do «medo» foi mobilizado eleitoralmente para opor «direita» versus «esquerda», restringindo esta última, no discurso governamental, ao campo governista, o que traz como consequência a contenção às possibilidades de mudança que emergiram no país. Finalmente, cabe frisar as limitações, no médio e longo prazo, dos próprios resultados eleitorais para o entendimento das transformações societárias que vivemos. Se, por um lado, a criação de uma fronteira rígida entre amigos/inimigos por parte do governismo serviu para tentar frear (e às vezes deslegitimar) as forças à esquerda, por outro, os desfechos eleitorais não invalidam as mobilizações sociais e não necessariamente pressagiam sua perda de influência. Lembre-se que na França pós-Maio de 1968 as eleições nacionais de junho deram uma ampla vitória eleitoral para a direita. Apesar disso (curiosamente este fato é hoje escassamente lembrado), poucos podem negar que, em um horizonte temporal ampliado, o impacto dos

resultados destas eleições foi muito menor do que a do «movimento de maio», um movimento cultural que transformou a França<sup>12</sup> e influenciou movimentos de várias partes do mundo.

Estas perspectivas político-institucionais e político-eleitorais, preponderantes tanto nas correntes *mainstream* da ciência política brasileira como no campo governista, restringem a visão da política e do político e ignoram outro tipo de resultados, impactos e cenários possíveis. Argumentamos, de maneira inversa, que um olhar ampliado e multidimensional para os impactos é fundamental, pois nem todos os desdobramentos das mobilizações de junho de 2013 são facilmente mensuráveis. Ao menos outros dois tipos de impactos devem ser considerados: sociais e culturais.

Dentre os impactos sociais, podem-se destacar dois principais: *a reconfiguração dos grupos sociais* e *a geração de novos enquadramentos sociopolíticos*. No primeiro caso, as mobilizações recentes serviram para chacoalhar as posições, visões e correlações de forças entre partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG e outras coletividades. Embora ainda seja cedo para afirmar o alcance e o efeito disso, alguns atores se realinharam ou ainda buscam fazê-lo (em alguns casos, sem saber muito bem como), enquanto outros têm problematizado sua própria

12. Luc Boltanski e Eve Chiappello: *Le nouvel esprit du capitalisme*, Gallimard, Paris, 1999.

trajetória e papel, tentando se (re)situar na nova conjuntura. No segundo caso, incluem-se novos enquadramentos individuais e coletivos, relacionados hoje principalmente à qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, ao bloqueio midiático, à violência (inclusive a estatal, que afeta de forma particular as mulheres e os jovens negros pobres que vivem nas periferias urbanas) e ao machismo. São processos de reelaboração da vivência social que produzem, paulatinamente, ressignificações das constelações semânticas da sociedade a partir de experiências diversas de politização da vida cotidiana, a maioria delas invisíveis à mídia e aos intelectuais de escritório.

No âmbito cultural, observam-se inovações na lógica de mobilização e nos mecanismos relacionais e interativos do ativismo. Marcada pela conflitualidade, pela difusão viral, por identidades multirreferenciais e por uma expressividade do político mediada pela cultura, tanto militantes de primeira viagem como movimentos mais consolidados colocam em xeque a cultura política da apatia. Embora em alguns casos haja um distanciamento entre uma nova geração de ativistas e a militância mais experimentada (o que nos obriga a repensar os espaços e as fórmulas de diálogo geracional), em outros aparecem confluências criativas, como é o caso de algumas sinergias entre redes submersas e iniciativas artístico-culturais no engajamento político (algo habitual em cidades como Belo Horizonte).

Associado aos impactos sociais e culturais, situa-se um impacto de caráter mais biográfico, isto é, individual. Trata-se do impacto subjetivo das mobilizações na trajetória dos ativistas. Tem sido recorrente em nossas pesquisas escutar os entrevistados definirem as mobilizações de Junho de 2013 como «um antes e um depois», uma «inflexão», «um começo» ou «um novo começo». Para uma nova geração de ativistas e de jovens que não necessariamente se autodefinem como ativistas, Junho de 2013 foi, no dizer de um dos próprios entrevistados, «um incêndio que não se apaga com água». Mesmo que efêmeras, as experiências vividas nas mobilizações e em evento de protesto produzem «marcas» nos participantes, reforçando a propensão a que possam se engajar politicamente no futuro e podendo, ademais, transformar, no médio e longo prazo, suas identidades sociais e seus valores políticos.

### ■ Movimentos sociais e movimentos societários

Entender junho de 2013 como um processo supõe associar sempre os *movimentos sociais* a *movimentos societários* mais abrangentes. Em outras palavras, analisar como as mobilizações, os atores sociais e suas práticas se enquadram dentro de dinâmicas de transformação da sociedade. Isso é central no atual momento no Brasil, onde parece haver uma reconfiguração das formas de ativismo e dos sujeitos políticos vis-à-vis alterações

mais abrangentes de elementos estruturais e subjetivos da sociedade como um todo. Nesse sentido, assim como se relacionaram as mobilizações de massa dos anos 1970 e 1980 com um movimento societário de redefinição da democracia e dos direitos, as mobilizações recentes estão associadas a desenvolvimentos estruturais do país (por exemplo, maior inserção no mercado global e no cenário geopolítico e centralidade de políticas sociais, incluindo a luta contra a pobreza), que foram particularmente velozes na última década.

Em uma sociedade tão desigual como a brasileira, estas mudanças afetaram de diferentes maneiras as classes sociais<sup>13</sup>, levando a frustrações que embora, em alguns casos, convergentes analiticamente, eram, de fato, opostas ideologicamente. Os ricos ficaram mais ricos, uma parcela da população saiu da pobreza e passou a ter acesso a certos serviços, espaços e direitos que antes somente eram exercidos por uma classe média alta que viu seus «privilégios» e seu estilo de vida ameaçados. As clivagens de classe, mas também as de raça, gênero e origem são absolutamente centrais neste ponto para nos questionarmos se estas mobilizações e o ativismo emergente serão, de fato, capazes de permear o campo popular.

Por ora, é possível identificar claramente no Brasil hoje dois polos radicalmente antagonísticos, com uma diversidade de situações intermediárias

possíveis. Por um lado, um campo progressista e de radicalização da democracia que age orientado por valores como a igualdade, a justiça, a pluralidade, a diferença e o bem viver. Por outro lado, um campo reacionário, marcado pelo autoritarismo, certos traços fascistas e antidemocráticos e pela defesa dos privilégios de classe, da propriedade privada e de uma visão sempre evasiva da liberdade.

No primeiro caso, trata-se de uma camada diversa de jovens, coletividades, plataformas e movimentos que têm militado na denúncia (e na tentativa de eliminação) das hierarquias, da opressão e dos abusos do Estado – principalmente, violência, racismo institucional e criminalização – e em reivindicações variadas, como a qualidade dos serviços públicos e por uma vida mais humana nas cidades. Travam lutas territorializadas e/ou culturais e entendem a democracia em um sentido ampliado, não como sinônimo de instituições, representação ou eleições, mas como uma criação sociopolítica e uma experiência subjetiva.

Já o segundo polo perpetua, em seus discursos e na prática cotidiana, as estruturas de dominação e as formas de opressão. Aceita a alta desigualdade

---

13. Vide Marcelo Medeiros, Pedro H. Souza e Fabio Avila de Castro: «O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)» em *Dados – Revista de Ciências Sociais* vol. 58 Nº 1, 2015, pp. 7-36.

social existente no país com um discurso da inevitabilidade e/ou da meritocracia. Prega, em alguns casos, pelo retorno de um passado melhor (a ditadura), para o qual não teme pedir a intervenção militar. Conta, em geral, com apoio e atua em colusão com as elites econômicas e midiáticas. Costuma atuar nos bastidores da política, embora combine agora estas estratégias com uma novidade: o recurso à mobilização nas ruas e à ação direta. Trata-se de um *isomorfismo* que apareceu nas ruas já em 2013 e seguiu durante os últimos dois anos, gerando-se certas semelhanças entre culturas de mobilização e formas de compromisso.

Em meio a estes dois campos, no centro político, encontra-se o governismo. Os limites da política *win-win* e do consenso de classes estabelecido pelo governo nos mandatos de Lula e Dilma, unido ao esgotamento de sua agenda política desafiada pelas mobilizações de 2013, levou a que nos últimos anos o governo tenha abortado a agenda reformista que o aproximaria do primeiro campo, entrando em uma deriva cada vez mais reativa e conservadora, que se aprofunda com as eleições de 2014 e os protestos da direita (nem toda ela, vale dizer, autoritária e reacionária) em 2015<sup>14</sup>. A redução de uma ampla e complexa reconfiguração da sociedade brasileira a «coxinhas» e «bolivarianos» é mostra da exasperação. Nessa configuração, a «direita» é enquadrada como o

«inimigo a combater» – mesmo que, contraditoriamente, esteja na prática também dentro do governo e não tenha grande força eleitoral –, forçando muitos dos atores alinhados ao campo progressista a defenderem, mesmo que de forma ambivalente, o governo. Aclaremos também que, obviamente, nem todo o PT está neste campo nem adere a esta visão de defesa férrea da governabilidade.

A gama de posturas que transcendem estas posições é ampla, mas a polarização existente na sociedade brasileira hoje acaba levando a que a maioria das interpretações reduzam o conflito realmente existente a estes dois últimos campos, nublando o potencial das vozes mais insurgentes e transformadoras de junho de 2013. É notório que os estudiosos dos movimentos sociais tenderam a deter-se muito mais nos movimentos sociais transformadores ou com potencial de ruptura, deixando de lado os movimentos conservadores ou reacionários. O atual cenário no Brasil, e em outras partes do mundo, tem levado muitos pesquisadores a pesquisar os movimentos de direita. Isso é muito bem-vindo, pois a direita (com seus contra-movimentos) tampouco é homogênea. No

---

14. É interessante notar como, a despeito da política de classe conciliatória travada pelos governos do PT desde o primeiro mandato de Lula e dos benefícios econômicos das elites nacionais durante a última década, a direita mais radical gerou nos últimos anos um discurso contra o governo acusando-o de haver «dividido» o Brasil.

entanto, não podemos cometer o erro de, tendo em vista os interesses golpistas e midiáticos, nos restringirmos, de forma isolada, somente a este tipo de movimentos que não são únicos nem hegemônicos e, em última instância, são parte de um *confronto político* mais amplo, inclusive sobre os rumos do progressismo no país.

■ **Reconfigurações do ativismo no Brasil (e no mundo): sentidos, tendências e ambivalências**

Sejam de direita ou de esquerda, as mobilizações recentes no Brasil compartilham algumas formas de expressão, de ação e de organização que são comuns a muitos movimentos contemporâneos. Isso quer dizer que, a despeito das especificidades locais e nacionais, as mobilizações de 2013 e de 2015 no Brasil estão associadas, no espaço, a uma nova «geopolítica da indignação global»<sup>15</sup> e, no tempo, a uma ruptura com ciclos políticos, sujeitos, práticas e concepções prévias. Pode-se falar de uma reconfiguração do ativismo no Brasil que afeta os atores, as práticas, as formas de mediação, a expressividade e suas matrizes discursivas e visões de mundo.

Em termos de *atores*, pode-se destacar um maior descentramento dos sujeitos e das organizações. As mobilizações de massa passaram a ser menos controladas por organizações sociais e políticas e são difundidas e reproduzidas de forma viral, sob uma lógica que abre um

maior espaço para indivíduos<sup>16</sup>. Além disso, os principais atores, mais estruturados, que até pouco tempo detinham praticamente com exclusividade o papel de formação e de socialização política no Brasil (sindicatos, partidos e, inclusive, determinados movimentos sociais, principalmente o estudantil) estão sendo deslocados como instâncias centrais da socialização militante. Vários fatores influenciam nesta mudança, tais como o descrédito dos partidos tradicionais e das organizações hierárquicas e verticais, a diminuição do trabalho de base realizado junto às comunidades e os territórios e a rejeição à delimitação organizativa muito estrita com fronteiras bem definidas para a entrada e a saída em uma organização. Nesta lógica, os processos de engajamento militante tendem a se transformar, com destaque para a inserção em pequenas coletividades, redes e grupos de afinidades. A amizade, as emoções e as proximidades, mesmo que circunstanciais, animam os rumos a serem tomados.

---

15. B. Bringel e Jose M. Domingues: *Global Modernity and Social Contestation*, Sage, London-New Delhi, 2015; B. Bringel: «Le Brésil et la géopolitique de l'indignation», cit.; B. Bringel e P. Pleyers: «OpenMovements: Social Movements, Global Outlooks and Public Sociologists» em *Open Movements*, 16/3/2015, <[www.opendemocracy.net/breno-bringel-geoffrey-pleyers/openmovements-social-movements-global-outlooks-and-public-sociologist](http://www.opendemocracy.net/breno-bringel-geoffrey-pleyers/openmovements-social-movements-global-outlooks-and-public-sociologist)>.

16. Danilo Martuccelli: *La société singulariste*, Armand Colin, Paris, 2010; Jose M. Domingues: «Las movilizaciones de junio de 2013» em *OSAL* N° 34, 2013, pp. 63-75; G. Pleyers: *Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age*, Polity, Cambridge, 2010.

Neste domínio, as novas tecnologias de informação e comunicação (no caso brasileiro, principalmente celular e internet) assumem um papel destacado não somente por sua capacidade de contrainformação, de interação e de difusão mais veloz e menos mediada por terceiros, como também pela possibilidade de aproximar a participação política à vida cotidiana<sup>17</sup>. Deste modo, as novas formas de experimentar, individualmente e coletivamente, a experiência do ativismo e do compromisso político formam parte de uma mudança societária e cultural mais ampla que situa os «cidadãos comuns» no centro dos debates, das iniciativas e das práticas. Isso aproxima o ativismo social e a cidadania ao mundo da vida e das experiências vividas pelas pessoas.

Outrossim, as mobilizações de 2013 também revelam a emergência de uma nova geração de militantes<sup>18</sup>, que nasceu e/ou cresceu em democracia, e não possuem as mesmas *experiências, visões de mundo* e relações com o campo popular-democrático dos anos 1970 e 1980<sup>19</sup>. Este está, a propósito, em pleno processo de dissolução, não somente pelo profundo questionamento do modelo «PT-cutista»<sup>20</sup>, como também pela sua incapacidade de articulação das forças sociais emergentes. Não deixa de ser curioso que aqueles atores (como o próprio PT e outros vinculados aos «novos movimentos sociais» e ao «novo sindicalismo» emergente no ciclo de luta das décadas de 1970

e 1980) que apareceram então como *novidade* no emblemático trabalho de Emir Sader<sup>21</sup> sejam hoje vistos, pela nova geração de ativistas, como sinônimo do *velho*. Este debate exige cautela, já que nesta emergência – ainda parcial e inacabada – de novos sujeitos políticos no Brasil o velho não acabou de morrer e o novo não terminou de nascer. Isso significa que, mais que reproduzir uma visão dicotômica entre o «velho» e o «novo», como fazem alguns sujeitos presos nas entranhas mais imediatas do embate político, precisamos captar as tensões, as imbricações, as ambivalências e as possíveis retroalimentações. Um exemplo: o surgimento recente de novos atores (mais descentrados), visões de mundo (menos dogmáticas e mais libertárias), formas de organização (mais fluídas e transitórias) e expressividades (mais culturalmente orientadas) não implica o fim das relações de cooperação com o Estado e o desaparecimento da

---

17. G. Pleyers: «Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós 2011» em *Lutas Sociais* vol. 17 Nº 2, 2014, pp. 83-93.

18. Rodrigo Nunes: «Geração, acontecimento, perspectiva. Pensar a mudança a partir do Brasil» em *Nueva Sociedad Especial em português*, 12/2014, pp. 14-26.

19. B. Bringel: «O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil» em *Revista Eccos* Nº11, 2009, pp. 97-121.

20. Armando Boito Jr. e Andréia Galvão (eds.): *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*, Alameda, São Paulo, 2012; Marco Antonio Perruso e Viviane Becker Narvaes: «Les journées de(puis) juin 2013» em *Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales* Nº 7, 2015, pp. 19-38.

21. E. Sader: *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.

sociedade civil institucionalizada. Em outras palavras, não há no Brasil neste momento uma *substituição* dos sujeitos prévios nem das matrizes sócio-políticas e ideológicas guiadas pelas organizações tradicionais e pelo Estado, mas sim uma *coexistência*, com diferentes possibilidades de cooperação e de conflito.

As *práticas e expressividades* dos atores emergentes também buscam se distanciar da «forma-movimento» e da «forma-partido» mais convencional e dos repertórios de mobilização guiados por bandeiras e lemas previamente definidos que são puxados por carros de som e ou vozes únicas. Esta opção pelo *no logo* e pela ausência de lideranças formais é uma característica comum das manifestações brasileiras de 2013 com os acampamentos do «Occupy» e dos indignados, bem como dos espaços de ação dos jovens alter-mundialistas da década de 2000. Embora, para alguns, isso possa ser lido como um ato de intolerância, para a maioria dos manifestantes trata-se de afirmar sua autonomia diante das instâncias clássicas de socialização política e de organização dos militantes.

Embora possa promover a criatividade e o compromisso pessoal, a desconfiança às organizações e formas de ação mais estruturadas pode tornar-se um limite quando se trata de prolongar no tempo ideias e práticas inovadoras ou levá-las à política institucional e a parcelas mais amplas da

sociedade, mesmo que desafiandoa. Mobilizações que não buscam formar movimentos ou coletividades são confrontadas com os limites das redes de movimentos apontadas por Lilian Mathieu<sup>22</sup>, pois, mesmo possuindo «uma grande capacidade para impulsionar as mobilizações, são incapazes de conduzi-las para além do protesto, já que não podem negociar e alicerçar acordos de saída do conflito e não gozam da legitimidade que fornecem os mecanismos eleitorais e de representação».

Outra ambivalência típica deste ciclo de mobilizações no Brasil é a tendência à transversalização das agendas e das ações. Por um lado, isso tem enriquecido bastante os movimentos, pois a maioria das coletividades hoje não se restringe a defender somente sua própria causa, dialogando e internalizando temas (gênero, meio-ambiente, etc.) e lutas diversas (afins, mas distintas). Há, no plano interno, uma assunção de muitos debates e identidades, enquanto, no plano externo, geram-se demandas aglutinadoras que permitam a inteligibilidade de lutas distintas. Por outro lado, no entanto, a agregação de várias agendas não necessariamente leva a uma retomada das grandes agendas políticas, como a reforma agrária ou a reforma urbana.

Cabe, finalmente, frisar que as *matrizes discursivas* do ativismo emergente,

---

22. L. Mathieu: *La démocratie protestataire*, Presses de Sciences Po, Paris, 2011, p. 40.

entendidas aqui no sentido dado por Eder Sader décadas atrás, tem se orientado a duas tendências chamativas. A primeira delas é a de um discurso da urgência da ação que, mesmo sendo capaz de pensar o presente e mobilizar para causas, campanhas e intervenções imediatas, não parece se projetar para a construção de uma utopia de um futuro ideal. De todo modo, poder-se-ia argumentar, a despeito das possíveis contradições, que, no caso dos atores emergentes, *a construção de um horizonte porvir encontra-se nas práticas e não nos discursos*, materializada em um ativismo pré-figurativo que busca construir o mundo que queremos a partir do espaço que habitamos. Neste sentido, o compromisso pessoal e a coerência aparecem como elemen-

tos-chave de uma atitude e uma performatividade do mundo vindouro. Já a segunda tendência está marcada pela ênfase do que podemos denominar como «política dos eventos». Sob a marca da urgência da ação, é realizada e convocada uma infinidade de atos e eventos que não necessariamente geram acúmulo social. Eis aqui um desafio central, pois a adoção de uma lente analítica processual, como a aqui sugerida, enfrenta-se com o movimento em movimento, com os atos mais visíveis obscurecendo aqueles mais subterrâneos e com um processo político truncado e escorregadio, onde nem sempre os eventos se concatenam claramente e cuja permanência no tempo é incerta. Junho é mais longo e mais complexo do que prevíamos em 2013. ☒

REVISTA BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS  
RBCS

Junho de 2015

San Pablo

Vol. 30 Nº 88

ARTIGOS: Ideias em outro lugar? Constituição liberal e codificação do direito privado na virada do século XIX pra o século xx no Brasil, **Marcelo Neves**. Violência e política, Luis Felipe Miguel. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição, **Cristiano Mendes**. Entre cooperação e centralização: federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988, **José Angelo Machado e Pedro Lucas de Moura Palotti**. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva, **Euzeneia Carlos**. O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai, **Humberto José da Rocha e Hemerson Luiz Pase**. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política, **Glauco Peres da Silva**. Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior, **Arnaldo Mont'Alvão**. Juventude, por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?, **Felícia Picanço**. RESENHAS.

Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) *es una publicación cuatrimestral de la Asociación Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*, Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária, CEP 05508-010, São Paulo, SP. Tel.: (11) 3091.4664. Fax: (011) 3091.5043. Correo electrónico: <[rbcsc@anpocs.org.br](mailto:rbcsc@anpocs.org.br)>. Página web: <[www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)>.